

## SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde Butantã

CNPJ nº 61.699.567/0069-80  
Nota da Administração

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da S.P.D.M - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte o Parecer do Conselho Fiscal da S.P.D.M, o Parecer da Assembleia dos Associados da S.P.D.M e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos que integra a SPDM. A Ata de Reunião com o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM e Assembleia Geral dos Associados da SPDM será publicado em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM.

**Relatório da Administração:** Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25, inciso XIX, submetemos à apreciação de V. Sas o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2016 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, elaboradas na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26/06/1933, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), Hospital Universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM por ser uma empresa filantrópica, busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no

<b>Demonstrações Contábeis - Balanço - Exercícios</b>		
	2016	2015
<b>ATIVO</b>	<b>71.705.256,25</b>	<b>0,00</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>13.647.694,27</b>	<b>0,00</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>13.647.694,27</b>	<b>0,00</b>
Bancos conta movimento - <b>Nota 3.1</b>	36.116,67	0,00
Aplicações Financeiras - <b>Nota 3.2</b>	13.611.577,60	0,00
<b>Clientes</b>	<b>56.847.176,82</b>	<b>0,00</b>
P.M.S.P. Rede Assistência		
Supervisão Saúde Butantã - <b>Nota 3.3.1</b>	45.378.005,04	0,00
Valor Estimado - Rescisão de Contrato - <b>Nota 3.3.2</b>	11.469.171,78	0,00
<b>Outros Créditos - Nota 3.4</b>	<b>892.357,42</b>	<b>0,00</b>
Adiantamentos a fornecedores - <b>Nota 3.4.1</b>	460.315,41	0,00
Antecipações salariais	41.591,89	0,00
Antecipação de férias - <b>Nota 3.4.2</b>	345.754,23	0,00
Outros créditos e adiantamentos - <b>Nota 3.4.3</b>	23.866,80	0,00
Valores Transitáveis	20.829,09	0,00
<b>Estoques</b>	<b>318.027,74</b>	<b>0,00</b>
Estoque - <b>Nota 3.5</b>	318.027,74	0,00
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>433.173.551,88</b>	<b>0,00</b>
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	<b>432.860.440,92</b>	<b>0,00</b>
Contratos/Convênios Públicos a Receber - <b>Nota 3.6</b>	432.860.440,92	0,00
<b>Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros - Nota 3.7</b>	<b>313.110,96</b>	<b>0,00</b>
Imobilizado - Bens Móveis	323.848,43	0,00
Ajuste vida útil - bens terceiros - <b>Nota 3.7.1</b>	(10.737,47)	0,00
<b>Total do Ativo</b>	<b>504.878.808,13</b>	<b>0,00</b>

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2016 e 2015

#### Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais aplicados nas Demonstrações Financeiras: Características da Unidade Gerenciada:

No início de Maio de 2016, a SPDM assumiu a gestão da Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde (Microrregião Butantã), área na Zona Oeste de São Paulo com população estimada em 430 mil habitantes, distribuídos nos seguintes bairros: Butantã, Morumbi, Raposo Tavares, Rio Pequeno e Vila Sônia. O contrato, firmado e, parceria com a Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, tem por objetivo prestar assistência integral e gratuita aos moradores da região, por meio do conjunto articulado e contínuo de ações e serviços preventivos e curativos, em todos os níveis de complexidade do sistema, em conjunto com os demais equipamentos do Sistema Único de Saúde (SUS) existente no município. A Rede Assistencial da Supervisão técnica de Saúde Butantã é composta dos seguintes equipamentos: Assistência Médica Ambulatorial (AMA) Peri Peri; Ama Jardim São Jorge; Ama Paulo VI; Ama Vila Sonia; Pronto Socorro Municipal Dr. Caetano Virgílio Netto; UBS Jardim Vista; UBS Jardim D'Abril; UBS Jardim São Jorge; UBS Malta Cardoso; UBS Paulo VI; UBS Real Parque; UBS São Remo. O Contrato de Gestão possui prazo de 60 (sessenta) meses com vigência de 30.03.2016 a 29.02.2020, com valor global estimado de R\$ 541.075.551,15 (quinhentos e quarenta e um milhões setenta e cinco mil quinhentos e cinquenta e um reais e quinze centavos), totalizando para o período de 60 meses, e em conformidade com os documentos do Chamamento Público nº 002/2015 que são partes integrantes do Contrato de Gestão R022/2016 SMS/NTCCS processo nº 2015-0.229.389-3. **1 - Imunidade Tributária:** A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no artigo 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05.10.1988. **2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elaborou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicável às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. A ausência dos saldos de 2015 para comparabilidade com 2016 se dá por conta da unidade Rede Assistencial Butantã ter iniciado suas atividades somente em 2016. **2.1 - Formalidade da Escrituração Contábil - Resolução nº 1.330/11 (NBC ITG 2000):** A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a publicação da portaria 1.420 de 19.12.2013 pela RFB, algumas alterações foram introduzidas com relação ao livro diário que passou a ser exigido em formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **2.2 - Nome Empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Rede Assistencial Supervisão Técnica de Saúde Butantã**, Rua Alvaranga, 2100 - Butantã - São Paulo - SP CEP 05509-005 - CNPJ nº 61.699.567/0069-80. **3 - Principais práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações:** Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002) e suas alterações. Em 2016 a SPDM ajustou seu plano de contas no sentido de atender aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utiliza-

sistema de governança corporativa. Com objetivo de fiscalizar e acompanhar as atividades da associação, a SPDM possui um Conselho Fiscal que é responsável pela análise de balanços. Para comprovar a legitimidade dos atos praticados, conta também com a avaliação permanente de uma empresa de auditoria independente contratada nos termos exigidos pela legislação. Face sua certificação como Organização Social de Saúde, a SPDM ainda possui outro órgão fiscalizador que é seu Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas, composto de representantes da SPDM e da Comunidade, com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, o qual participa em aprovar contratos de gestão e convênios das unidades públicas por ela administradas. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fo-

<b>Demonstrações Contábeis - Balanço - Exercícios</b>		
	2016	2015
<b>PASSIVO</b>	<b>71.705.256,25</b>	<b>0,00</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>71.705.256,25</b>	<b>0,00</b>
Fornecedores - <b>Nota 3.8</b>	313.908,98	0,00
Serviços de Terceiros Jurídica - <b>Nota 3.9</b>	1.024.207,95	0,00
Serviços de Terceiros Pessoa Física - <b>Nota 3.9</b>	45.687,98	0,00
Salários a pagar - <b>Nota 3.10</b>	4.096.466,31	0,00
Contribuições a recolher - <b>Nota 3.11</b>	986.630,38	0,00
Provisão de férias - <b>Nota 3.12</b>	5.257.620,37	0,00
Provisão de FGTS sobre férias - <b>Nota 3.12</b>	420.609,77	0,00
Provisão PIS sobre 13º Salário e Férias - <b>Nota 3.12</b>	52.576,32	0,00
Provisão de despesas com quitações	11.469.171,78	0,00
Impostos a recolher - <b>Nota 3.13</b>	1.528.272,46	0,00
Obrigações Tributárias - <b>Nota 3.14</b>	191.113,47	0,00
Outras contas a pagar - <b>Nota 3.15</b>	38.558,32	0,00
Convênios/Contratos públicos a realizar - <b>Nota 3.16</b>	46.280.432,16	0,00
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>433.173.551,88</b>	<b>0,00</b>
Imobilizado - Bens de terceiros - <b>Nota 3.7</b>	323.848,43	0,00
Ajustes vida útil econômica - Bens de terceiros - <b>Nota 3.7.1</b>	(10.737,47)	0,00
Convênios/Contratos Públicos a realizar - <b>Nota 3.6</b>	432.860.440,92	0,00
<b>Total do Passivo</b>	<b>504.878.808,13</b>	<b>0,00</b>
<b>Patrimônio Líquido - Nota 5</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>504.878.808,13</b>	<b>0,00</b>

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2016 e 2015

dos conforme a codificação do plano de contas. Foram reestruturadas as contas dos grupos do Ativo e Passivo para classificá-las em Circulante e Não Circulante conforme determinação legal. As contas do Passivo relacionadas ao fornecimento de materiais e serviços passaram a ser classificadas pelo CNPJ do fornecedor/prestador. A nova estrutura nos possibilitou reclassificar o grupo de despesas para segregá-lo entre Custos, para contemplar atividades diretamente ligadas à atividade fim, e Despesas com atividades de suporte administrativo. Para suportar as novas contas foram realizados ajustes entre as contas contábeis de modo a permitir a correta transferência de saldos bem como garantir sua exatidão no SPED, sistema de escrituração digital do governo federal. **3.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias.

	31.12.2016	31.12.2015
Saldo em Caixa	0,00	0,00
Saldos em Bancos	36.116,67	0,00
Aplicações Financeiras	13.611.577,60	0,00
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>13.647.694,27</b>	<b>0,00</b>

Os recursos financeiros disponíveis para a unidade gerenciada são mantidos em conta corrente bancária oficial e representam em 31.12.2016 o montante de R\$ 36.116,67 demonstrado no quadro acima. **3.2 - Aplicações Financeiras:** As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores se encontram aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.

Instituição Financeira	Tipo de Aplicação	Taxa - Rentabilidade %	31/12/2016
Banco do Brasil	CDB/RDB e BB Reaplicação	Rentabilidade = 0,6890	10.333.713,94
Banco do Brasil	CDB/RDB e BB Reaplicação	Rentabilidade = 0,6890	3.277.863,66
<b>Total</b>			<b>13.611.577,60</b>

**3.3 - Contas a receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme Resolução Nº 1.409/12 (que aprovou a ITG 2002) a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **3.3.1 - Valores a Receber Curto Prazo:** Os valores registrados nesta conta em 2016 representam valores a receber de curto prazo, relativos ao termo de Contrato nº R022/2016 proveniente da Prefeitura Municipal de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde cujo saldo é composto de R\$ 45.378.005,04. **3.3.2 - Estimativas de Rescisão Contratual:** A entidade passou a adotar em sua plenitude a Resolução CFC 1.305/10, reafirmando no item 26 da Resolução 1.409/12, que trata de contas de compensação. A unidade gerenciada constituiu possível estimativa de rescisão contratual entre a SPDM e SES. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2016, para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA) e aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo:

Estimativa Rescisão Contratual	Saldo Final em 31.12.2016
Aviso Prévio indenizado	R\$ 5.518.015,22
Multa FGTS Rescisória (50%)	R\$ 5.951.156,56
<b>Total</b>	<b>R\$ 11.469.171,78</b>

Do qual para procedermos com esta Estimativa tomamos como base o CPC 23 item 5 Definições § 2 que diz "Mudança na estimativa contábil é um ajuste nos saldos contábeis de ativo ou de passivo, ou nos montantes relativos ao consumo periódico de ativo, que decorre da avaliação da situação atual e das obrigações e dos benefícios futuros esperados associados aos ativos e passivos. As alterações nas estimativas contábeis decorrem de nova informação ou inovações e, portanto, não são retificações de erros". **3.4 - Outros Créditos:** São as contas a receber que não se enquadram nos grupos de contas anteriores, sendo contas em curto prazo normalmente não relacionadas com o objeto principal da instituição. **3.4.1 - Adiantamento a Fornecedores:** Os valores classificados como adiantamento a fornecedores compreendem adiantamentos realizados referentes a benefícios como vale transporte, vale refeição e alimentação, antecipados no mês corrente, para utilização no mês subsequente, o saldo em 2016 foi de R\$ 460.315,41. **3.4.2 - Antecipação de Férias:** A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação trabalhista (CLT), em seu artigo, Artigo 145. O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no artigo 143 serão efetuados até 02 (dois) dias antes do início do respectivo período. **3.4.3 - Outros Créditos e Adiantamentos:** Representam valores a título de crédito relativos a pagamentos de encargos rescisórios, e outros adiantamentos efetuados para a manutenção da rede assistencial de atenção básica à saúde. **3.5 - Estoques:** Os estoques foram avaliados

noaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27.11.2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. Com sua inserção na área da Assistência Social a SPDM ampliou sua prestação de serviços em atividades de atendimento e promoção dos direitos das pessoas com deficiência ou com necessidades especiais.

São Paulo, 28 de Fevereiro de 2017.

**Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira**

Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M.

<b>Demonstrações Contábeis dos Resultados</b>		
	Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais	
	2016	2015
<b>Receitas</b>	<b>75.410.649,37</b>	<b>0,00</b>
<b>Receita Bruta de Serviços</b>	<b>75.410.649,37</b>	<b>0,00</b>
<b>Prestados com Restrições</b>	<b>75.410.649,37</b>	<b>0,00</b>
Prefeitura Município São Paulo <b>Nota 4.1</b>	61.934.678,07	0,00
Trabalho Voluntário <b>Nota 9.4</b>	4.998,30	0,00
Isenção usufruída - INSS Serviços Próprios <b>Nota 9.1</b>	11.529.826,78	0,00
Isenção usufruída - INSS Serviços Terceiros <b>Nota 9.2</b>	83.105,87	0,00
Isenção usufruída - COFINS <b>Nota 9.3</b>	1.858.040,35	0,00
<b>(+) Outras Receitas com Restrições</b>	<b>981.425,73</b>	<b>0,00</b>
Finanças	981.425,73	0,00
<b>(=) Receita Líquida com Restrições</b>	<b>76.392.075,10</b>	<b>0,00</b>
<b>Custos e Despesas</b>	<b>(60.115.065,72)</b>	<b>0,00</b>
<b>(-) Custos Operacionais com Restrições <b>Nota 4.2</b></b>	<b>(60.115.065,72)</b>	<b>0,00</b>
(-) Serviços - Pessoal Próprio	(46.884.885,35)	0,00
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Física	(415.529,99)	0,00
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	(1.823.243,11)	0,00
(-) Mercadorias	(559.238,31)	0,00
(-) Isenção usufruída - INSS Serviços Próprios <b>Nota 9.1</b>	(10.349.063,09)	0,00
(-) Isenção usufruída - INSS Serviços Terceiros <b>Nota 9.2</b>	(83.105,87)	0,00
<b>(-) Outros Custos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>(=) Superávit/Déficit Bruto com Restrições</b>	<b>16.277.009,38</b>	<b>0,00</b>
<b>(-) Despesas Operacionais com Restrições <b>Nota 4.2</b></b>	<b>(16.034.055,70)</b>	<b>0,00</b>
(-) Serviços - Pessoal Próprio	(7.042.104,43)	0,00
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Física	(5.490.557,75)	0,00
(-) Mercadorias	(424.327,46)	0,00
(-) Finanças	(21.628,45)	0,00
(-) Tributos	(11.635,27)	0,00
(-) Isenção usufruída - INSS Serviços Próprios <b>Nota 9.1</b>	(1.180.763,69)	0,00
(-) Isenção usufruída - COFINS <b>Nota 9.3</b>	(1.858.040,35)	0,00
(-) Trabalho Voluntário <b>Nota 9.4</b>	(4.998,30)	0,00
<b>(-) Outras Despesas</b>	<b>(242.953,68)</b>	<b>0,00</b>
(-) Outras Despesas	(242.953,68)	0,00
<b>(=) Superávit/Déficit com Restrições</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<b>Demonstrações Contábeis dos Fluxos de Caixa</b>		
	Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais	
Descrição	2016	2015
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução em contas a receber	(490.599.975,16)	0,00
(Aumento) Redução em estoques	(318.027,74)	0,00
Aumento (Redução) em fornecedores	1.338.116,93	0,00
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	503.227.580,24	0,00
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	313.110,96	0,00
<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais</b>	<b>13.960.805,23</b>	<b>0,00</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
(-) Adição de Bens de Terceiros	(313.110,96)	0,00
<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos</b>	<b>(313.110,96)</b>	<b>0,00</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>13.647.694,27</b>	<b>0,00</b>
No final do período	13.647.694,27	0,00

<b>Demonstrações Contábeis do Valor Adicionado</b>		
	Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais	
Descrição	2016	2015
<b>1 - Receitas</b>	<b>75.410.649,37</b>	<b>0,00</b>
1.1) Prestação de serviços	61.939.676,37	0,00
1.2) Isenção usufruída sobre contribuições	13.470.973,00	0,00
<b>2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)</b>	<b>7.755.616,27</b>	<b>0,00</b>
2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações	559.238,31	0,00
2.2) Serviço de terceiros e outros	7.196.377,96	0,00
<b>3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)</b>	<b>67.655.033,10</b>	<b>0,00</b>
<b>4 - Retenções</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)</b>	<b>67.655.033,10</b>	<b>0,00</b>
<b>6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	<b>981.425,73</b>	<b>0,00</b>
6.1) Receitas financeiras	981.425,73	0,00
<b>7 - Valor Adicionado Total (5+6)</b>	<b>68.636.458,83</b>	<b>0,00</b>
<b>8 - Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>68.636.458,83</b>	<b>0,00</b>
8.1) Pessoal e encargos	53.931.988,08	0,00
8.2) Impostos, taxas e contribuições	11.635,27	0,00
8.3) Juros	2.094,32	0,00
8.4) Aluguéis	976.814,48	0,00
8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	13.470.973,00	0,00
8.6) Outras Despesas Financeiras	242.953,68	0,00

pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios, equipamentos de proteção, materiais de terceiros e comodatos até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2016 é de R\$ 318.027,74 conforme demonstrado abaixo:

Tipo	R\$ 31/12/2016	R\$ 31/12/2015
Materiais utilizados no setor de Nutrição	6.337,36	0,00
Materiais utilizados no		



Demonstrativo da movimentação de Bens de Terceiros em 2016				
Descrição	Posição em 31/12/2015	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2016
<b>Imobilizado - Bens de Terceiros</b>	-	<b>323.848,43</b>	-	<b>323.848,43</b>
<b>Bens Móveis</b>	-	<b>323.848,43</b>	-	<b>323.848,43</b>
Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos Odontológicos Laboratórios	-	258.704,55	-	258.704,55
Equipamento Processamento de Dados	-	5.925,00	-	5.925,00
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	-	52.461,00	-	52.461,00
Aparelhos e Utensílios Domésticos	-	2.850,00	-	2.850,00
Máquinas Ferramentas e Utensílios de Oficina	-	3.907,88	-	3.907,88
<b>Total Imobilizado - Terceiros</b>	-	<b>323.848,43</b>	-	<b>323.848,43</b>

Demonstrativo da movimentação de Ajuste Vida Útil de Bens de Terceiros em 2016					
Descrição	Posição Ajuste em 31/12/2015	Baixa	Ajuste vida útil	Posição Ajuste em 31/12/2016	Taxas anuais médias de Ajuste %
<b>Ajuste Vida Útil de Bens de Terceiros</b>	-	<b>10.737,47</b>	-	<b>10.737,47</b>	-
<b>Bens Móveis</b>	-	<b>10.737,47</b>	-	<b>10.737,47</b>	-
Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos Odontológicos Laboratórios	-	3.739,81	-	3.739,81	10
Equipamento Processamento de Dados	-	691,39	-	691,39	20
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	-	6.123,54	-	6.123,54	10
Aparelhos e Utensílios Domésticos	-	23,75	-	23,75	10
Máquinas Ferramentas e Utensílios de Oficina	-	158,98	-	158,98	10
<b>Total Vida útil de Bens de terceiros</b>	-	<b>10.737,47</b>	-	<b>10.737,47</b>	-

Segundo o inciso II do § 3º do artigo 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização". **3.7.1 Ajuste de Vida Útil:** A instituição efetua o ajuste de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.7 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado.

**3.8 - Fornecedores:** As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. **3.9 - Serviços de Terceiros:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoas físicas e jurídicas pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos, serviços gerais, limpeza, vigilância e segurança, manutenções preventivas, Consultoria e Auditoria, Serviços de Remoções, etc. **3.10 - Salários a Pagar:** De acordo com o Artigo 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.11 - Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a Folha de Pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS e PIS. Cujos mesmos são recolhidos mensalmente nas respectivas datas de vencimentos, conforme legislação vigente INSS até o dia 20 do mês subsequente, FGTS até o dia 07 do mês subsequente e o PIS até o dia 25 do mês subsequente, dos quais caso este dia caia em dia não útil, este é antecipado para o dia útil anterior a data limite. **3.12 - Provisões de Férias e Encargos:** O montante da provisão foi determinado com base na remuneração mensal do colaborador e no número de dias de férias a que já tenha direito bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores que foram objeto da provisão na data da elaboração das Demonstrações Financeiras, respeitado o Princípio da Competência e conforme informações fornecidas pelo setor responsável pelas mesmas.

**3.13 - Impostos a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a Folha de Pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF CLT e ISS. Cujos mesmos são recolhidos mensalmente nas respectivas datas de vencimentos, conforme legislação vigente IRRF até o dia 20 do mês subsequente, ISS até o dia 10 do mês subsequente (PMSP), dos quais caso este dia caia em dia não útil, este é antecipado para o dia útil anterior a data limite. **3.14 - Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o §1º do artigo 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, os saldos a pagar em 2016 representam R\$ 191.113,47. **3.15 - Outras Contas a Pagar:** Os valores referem-se a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição. **3.16 - Convênios/Contratos Públicos a Realizar (Circulante e Não Circulante):** De acordo com a Resolução 1.305/10 (NBC TG 07 R1) Item 8 e 15A e Resolução 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão / Convênio com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar a curto prazo em 31.12.2016 representa R\$ 46.280.432,16 (quarenta e seis milhões duzentos e oitenta mil quatrocentos e trinta e dois reais e dezesseis centavos), a realizar a longo prazo representa R\$ 432.860.440,92 (quatrocentos e trinta e dois milhões oitocentos e sessenta mil quatrocentos e quarenta reais e noventa e dois centavos). **3.17 - Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.18 - Contingências Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15.09.2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. No exercício de 2016, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. As ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 300.000,00. Abaixo quadro explicativo: **3.19 - Outros Ativos e Passivos:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valores históricos, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **3.20 - Apuração do Resultado:** Conforme Resolução Nº

1.305/10 (NBC TG 07 R1), Item 12, o resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas e despesas são confrontadas ao final do exercício, de maneira que o resultado apurado será sempre "zero". Portanto a apuração do resultado não interfere no Patrimônio Líquido da instituição. **4 - Origem e aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais fiscais. **4.1 - Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R1) Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. **4.2 - Custos e Despesas Operacionais:** Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. **4.3 - Auxílios, Subvenções, Contrato de Gestão e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC Nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditados diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2016, a unidade gerenciada recebeu Assistências Governamentais Federais, Estaduais e Municipais conforme quadro abaixo: Abaixo total dos valores depositados em conta bancária e contabilizados conforme TA 001/2016 Maio/2016 até Dezembro/2016.

**Contratos Gestão - TA 001 Vigentes em 2016**

Unidade	CNPJ	Nº do Contrato	Valor Global do Contrato
SPDM Rede Assistencial Butantã TA 001/2016			
Custeio Fonte 00	61.699.567/0069-80	R022/2016	62.837.105,19
<b>Total Repasse</b>			<b>62.837.105,19</b>

**5 - Patrimônio Líquido:** A partir de 2012, a SPDM promoveu ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem Resoluções CFC Nº 1.305/10 NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistências Governamentais e CFC Nº 1.409/12 ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções CFC 1.409/12 (Item 11) e CFC 1.305/10 (Item 12 e 15A), que, enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos de 2015 e 2016, respectivamente. **6 - Resultado Operacional:** Em virtude do reconhecimento de receitas e despesas conforme Resolução Nº 1.305/13 (NBC TG 07 R1), Item 12 e 15A, o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado, de receitas e despesas compensadas em bases sistemáticas. Em 2016, a instituição reconheceu repasses e outras receitas no montante de R\$ 63.814.025,22 (sessenta e três milhões oitocentos e quatorze mil vinte e cinco reais e dois centavos), regime de caixa, esses recursos foram aplicados na atividade operacional e assistencial da unidade, considerando custos e despesas operacionais no período, totalizando um montante de R\$ 62.916.103,80 (sessenta e dois milhões novecentos e dezesseis mil cento e três reais e oitenta centavos). Dessa forma, se houvesse apuração do resultado, a instituição encerraria o exercício com um resultado superavitário de R\$ 897.921,42 (oitocentos e noventa e sete mil novecentos e vinte um reais e quatrocentos e dois centavos). O resultado superavitário ficará consignado em conta específica do passivo, denominada "convênios/contratos públicos a realizar", até o final da execução do convênio/contrato, demonstrando o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato/Convênio. **7 - Das disposições da Lei 12.101 e portaria 834/16:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27.11.2009, alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). A fim de cumprir o estabelecido, tomaremos por base a matriz da SPDM por ser esta a única unidade que tem convênio direto com o SUS, sendo que, as demais filiais, apesar de atenderem em sua grande maioria exclusivamente ao SUS, não possuem convênio direto e sim contratos de gestão e convênios com Estados e Municípios. De acordo com o artigo 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% (dez por cento) dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. Em 2016, a unidade gerenciada apresentou a seguinte produção.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranja - Presidente da S.P.D.M.

**Ata da 26ª Reunião do Conselho Administrativo de Gestões Delegadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina**  
**Data, Horário e Local:** Aos 18.04.2017, às 08h30, na sala de reuniões localizada no 4º andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 - Vila Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados.  
**Presenças:** Profs. Drs. José Osmar Medina de Pestana, Sr. José Eduardo Ribeiro e o Dr. Agenor Pares regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Ronaldo Ramos Laranja. **Ausências justificadas:** Convidados: Superintendentes: Prof. Drs. Mário Silva Monteiro e Nacime Salomão Mansur, Srs. Ênio Santos e Sr. Alexandre Chiaratti. O Senhor Presidente

abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior de 11.11.2016, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as demonstrações contábeis de 2016 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM, Conselho Administrativo estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestão Delegadas e seguirão para análise da Assembleia de Associados. **Ordem do Dia: Apreciação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo:** Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório

**Dr. João Ladislau Rosa - Superintendente RASTS Butantã**

Atenção Básica - Rede Assistencial STS Butantã				
Produção - 2016 (Julho a Dezembro/16)				
<b>Linha de Atendimento</b>				<b>SUS</b>
<b>Atendimento Ambulatorial -Atenção Básica - Total</b>				
Consulta Médica - UBS/ESF/PAI				146.442
Consulta não médica-UBS/ESF/PAI				37.795
Visita Domiciliar UBS/ESF/PAI				204.018
Atendimento odontológico individual				11.410
Procedimento Odontológico				34.342
Nº de atendimentos NASF				-
SADT Total				
Nº de Idosos em acompanhamento				<b>663</b>
<b>Atendimento Ambulatorial Especializado- Total</b>				
Cirurgia ambulatorial				0
SADT - TOTAL				1.432
<b>Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)</b>				
Consulta/ atendimento de urgência (PS/PA)				71.558
* Período de abril a junho foi de transição no território;				
<b>8 - Relatório de Execução do Contrato de Gestão</b>				
<b>Rede Assistencial da STS Butantã - Ano 2016</b>				
<b>Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2016</b>				
<b>Linha de Contratação</b>			<b>Julho a Dezembro 2016</b>	<b>Contratado Realizado</b>
<b>Atendimento Ambulatorial -Atenção Básica</b>				
Consulta Médica - UBS		84.294		81.972
Consulta Médica - ESF		94.350		64.470
Consulta Enfermeiro - ESF		35.262		37.795
Visita Domiciliar ACS - ESF		272.280		204.018
Cirurgião Dentista (atendimento individual) ESB/UBS		21.888		11.410
Cirurgião Dentista (procedimento) ESB/UBS		98.034		34.342
Nº de idosos em acompanhamento		600		663
SADT - Nº de exames Total		7.368		1.432
<b>Atendimento Ambulatorial - Especializado</b>				
<b>Serviço de Apoio Diagnóstico e Terapêutico - HD -Rede Hora Certa</b>				
Nº de exames Total		<b>14.620</b>		<b>0</b>
<b>Serviço Cirúrgico do Hospital Dia -HD-Rede Hora Certa</b>				
Cirurgia Ambulatorial		1.440		0
<b>Serviço Residencial Terapêutico -Acompanhamento</b>				
Nº de pessoas residentes		108		204
* Período de abril a junho foi de transição no território;				
<b>9 - Contribuições Sociais</b>				

Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 834/16 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº 25000.153024/2014-03MS fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam em 2016: R\$ 13.470.973,00. Em 02.09.2015, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 faz referência que os tributos objeto de renúncia fiscal não precisam ser registrados como se fossem devidos, bastando relacioná-los nas notas explicativas. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834/16, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "C"). Para cumprir o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. **9.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 09 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu outro exercício de 2016, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montada em R\$ 11.529.826,78. **9.2 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2016 atingiu um montante de R\$ 83.105,87. **9.3 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante de R\$ 1.858.040,35 tomando-se por base os recursos recebidos em 2016. **9.4 - Trabalho Voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntário, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outros tipos de voluntariado. Em 2016, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 4.998,30 e a unidade não teve outros tipos de voluntários. **10 - Ajuste a valor presente (Resolução do CFC Nº 1.151/09 NBC TG 12):** Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compoem os ativos e passivos não circulares da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não circulares) não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **11 - Exercício Social:** Conforme estabelece o artigo 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31.12.2016.

**Elaine Cristina Albino - Contadora CRC 1SP270478/0-0**

dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31.12.2016 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Vereador José Storopoli (STOROPOLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Lúzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (H ZERBINI), o Hospital Cantareira (CANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e

continua



**...continuação** Maternidade Dr. Odeldo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), o Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz (Hospital Pedro) o Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede de Assistência Supervisão Técnica da Saúde VI Maria/ VI Guilherme (VLGUILHERM), Rede Assistencial de Supervisão Técnica de Saúde Butanta (Rede Butan), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), Samu 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC) o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Masur (AME PQ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), AME Idoso Oeste (Idoso Oeste), o AME Idoso Sudeste (Ido Sudeste), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJETO REDE), o Projeto Recomeço Helvética (HELVIETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de

**Relatório dos Auditores Independentes: Opinião:** Examinamos as Demonstrações Contábeis da **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Rede Assistencial de Supervisão Técnica de Saúde Butantã** que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações contábeis do exercício fin-

São José Campos (C.R LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), CTO Especializado da Assistência Farmacêutica CEAF VI Mariana (CEAF VM), o Instituto Saúde da SPDM (INSTITUTO), Saúde Ocupacional -Afilados SPDM, CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão Social - Parque Fontes do Ipiranga, CTO - Centro de Tecnologia e Inclusão para Pessoas com Deficiência Visual, Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Hospital Municipal Barueri Dr Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVMB), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), as unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) onde são partes PAIS (ADM) o PAIS Rede Assistencial VI Formosa Carrão Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assistencial - STS Ipiranga/ Jabaquara/ Vila Mariana (PAIS IPIRA), Rede Assistencial - STS Perus / Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/ São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assistencial do Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e do em 31 de dezembro de 2015, consequentemente, não emitimos opinião sobre elas. Desta forma, não existem valores para fins comparativos, visto ser o primeiro ano de atividade da Entidade. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os

Água Rasa (PAIS PARI), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), PABSF Americana (AMERICANA), UPA Engenho de Dentro (ENG. DENTRO), Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO) o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF), UPA João XXIII AP 5.3 (JOÃO XXIII), PAIS A.P.3.2 (A.P.3.2), O PAIS A.P.1.0 (A.P.1.0), PAIS - UPA Sepe-tiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GEST.EVENT), Coordenação de Emergência Regional do Leblon - AP 2.1 (Leblon 2.1), e o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU). Dr. Ronaldo passou a palavra ao Sr. Énio Santos que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2016. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. São Paulo, 18.04.2017. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira, Prof. Dr. José Osmar Medina de Pestana, Sr. José Eduardo Ribeiro, Dr. Agenor Pares .

riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 30.03.2017. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3;** Ricardo Roberto Monello - Contador - CRC/SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619; Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620.

## CROMOSSO PARTICIPAÇÕES II S.A.

CNPJ: 14.167.188/0001-71

**Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2014 e 2013** (Expresso em milhares de reais)

**Relatório da Diretoria: Senhores acionistas:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o balanço encerrado em 31.12.2014 e demais demonstrações legais. Colocamo-nos à inteira disposição para os esclarecimentos julgados necessários. **A Diretoria.**

Balanço Patrimonial		
	2014	2013
<b>Ativo circulante</b>	<b>28.084</b>	—
Caixa e equivalentes de caixa	15.455	—
Impostos a recuperar	3.075	—
Dividendos a receber	9.482	—
Outros créditos	72	—
<b>Ativo não circulante</b>	<b>2.268.493</b>	—
<b>Permanente</b>	<b>2.268.493</b>	—
Investimentos	2.268.493	—
<b>Total do ativo</b>	<b>2.296.577</b>	—
Balanço Patrimonial		
	2014	2013
<b>Passivo circulante</b>	<b>34</b>	—
Tributos a recolher	34	—
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>2.296.543</b>	—
Capital social	2.263.412	—
Reserva de capital	39.036	—
Prejuízo acumulado	(5.905)	—
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2.296.577</b>	—
Demonstração dos Resultados		
	2014	2013
Despesas gerais e administrativas	(31.280)	—
Resultado de equivalência patrimonial	17.477	—
<b>Total despesas operacionais</b>	<b>(13.803)</b>	—
Resultado financeiro, líquido	7.898	—
<b>Prejuízo antes do IR e da CS</b>	<b>(5.905)</b>	—
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(5.905)</b>	—
Prejuízo por ação básico (em R\$)	(0,000003)	—
Demonstração dos Resultados Abrangentes		
	2014	2013
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(5.905)</b>	—
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>(5.905)</b>	—

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	2014	2013	Capital social	Reserva de capital	Prejuízo acumulado	Patrimônio líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	—	—	—	—	—	—
Aumento de capital conforme AGE realizada em 20 de janeiro de 2014	1.241.000	—	1.241.000	—	—	1.241.000
Aumento de capital conforme AGE realizada em 21 de fevereiro de 2014	595.017	—	595.017	—	—	595.017
Aumento de capital conforme AGE realizada em 12 de março de 2014	427.395	—	427.395	—	—	427.395
Adiantamentos para futuro aumento de capital	—	26.660	—	26.660	—	26.660
Reserva de capital na aquisição de investimento	—	12.376	—	12.376	—	12.376
Prejuízo do exercício	—	—	—	—	(5.905)	(5.905)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>2.263.412</b>	<b>39.036</b>	<b>2.263.412</b>	<b>39.036</b>	<b>(5.905)</b>	<b>2.296.543</b>

### Fluxos de caixa das atividades operacionais

	2014	2013
Prejuízo do exercício	(5.905)	—
Ajustes por:		
Resultado de equivalência patrimonial	(17.477)	—
	(23.382)	—
Aumento nos tributos a recolher	34	—
Aumento de outros ativos circulantes	(3.147)	—
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(26.495)</b>	—
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de investimentos	(2.263.350)	—
Dividendos recebidos	15.228	—

### Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2014	2013
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(2.248.122)</b>	—
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Reserva de capital na aquisição de investimento	26.660	—
Aumento de capital	2.263.412	—
<b>Caixa líquido originado das atividades de financiamento</b>	<b>2.290.072</b>	—
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>15.455</b>	—
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>—</b>	—
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>15.455</b>	—

**Notas Explicativas**  
**1. Informações sobre a Sociedade:** A Cromosso Participações II S.A., ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital nacional fechado com sede social na Cidade e Estado de São Paulo, localizada na Rua Joaquim Floriano, nº 413, conjunto 112, Parte, Itaim Bibi, CEP 04534-011. A Companhia cuja razão social anterior era Caicedo Participações Ltda., foi fundada em 11/07/2011 e permaneceu em estágio pré-operacional até 09/12/2013, quando ocorreu a transferência de controle acionário que a tornou operacional. Nesta data foi realizada uma assembleia geral extraordinária que alterou a razão social para Cromosso Participações II S.A., cuja finalidade é a participação no capital de outras sociedades, no Brasil ou no exterior, na qualidade de quotista ou acionista. A Companhia foi utilizada como veículo na aquisição de participação na investida Diagnósticos da América S.A. ("Controlada" ou "DASA"), no primeiro trimestre de 2014. **2. Políticas contá-**

beis: (i) As demonstrações financeiras, encerradas em 31/12/2014, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standard - IFRS*) emitidas pelo Comitê de Normas Contábeis Internacionais (*International Accounting Standards Board - IASB*). (ii) As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras, assim como a análise dos demais riscos para determinação de provisões; (iii) A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Sociedade revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente; (iv) O ágio resultante da aquisição de controladas é incluído em investimentos nas demonstrações financeiras da Companhia. Na data de aquisição, o ágio determinado é calculado com a diferença do valor de compra e o valor contábil do patrimônio líquido da empresa adquirida; (v) As demonstrações financeiras, foram preparadas utilizando-se o custo histórico

como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros ativos e passivos, os quais são mensurados pelo valor justo; (vi) Os instrumentos financeiros podem ser classificados como ativo ou passivo financeiro a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento e disponíveis para venda ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme a situação. A Sociedade determina a classificação dos seus instrumentos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte de disposições contratuais; (vii) As demonstrações financeiras, encerradas em 31/12/2014, estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma. **3. Relatório dos auditores independentes:** As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, encerradas em 31/12/2014, foram auditadas por Ernst & Young Auditores Independentes S.S., CRC 2SP015199/O-6, e a versão completa encontra-se disponível na sede da Sociedade para a apreciação.

Pedro de Godoy Bueno - Presidente

Rubens Calixto Abreu - Contador - CRC-RJ 074.100/O-1 "S" SP

## CONDUSTIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 06.099.371/0001-59

**Demonstrações Financeiras - Período de 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2016 - R\$ (Mil)**

**Relatório da Administração:** Cumprindo as determinações legais e estatutárias submetemos à apreciação dos acionistas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31/12/2016 e 31/12/2015. **A Administração**

Balanço Geral					
	Ano 2016	Ano 2015			
<b>Ativo Circulante</b>	<b>3.542</b>	<b>3.732</b>			
Aplicações Financeiras	3.301	2.429			
Impostos a Recuperar	14	10			
Outros Créditos	—	137			
Dividendos	227	1.156			
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>24.330</b>	<b>23.461</b>			
Ativo Realizável Longo Prazo	244	1.182			
Empresas Relacionadas	244	1.182			
Ativo Permanente	24.086	22.279			
Investimentos, líquido	24.086	22.279			
<b>Ativo Total</b>	<b>27.872</b>	<b>27.193</b>			
Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido					
	Capital Realizado	Reservas de Lucros Reten- ção de Lucros	Resultados acumulados	Total	
<b>Saldos em 31/12/2014</b>	<b>827</b>	<b>194</b>	<b>21.797</b>	<b>—</b>	<b>22.818</b>
Lucro Líquido do Exercício	—	—	—	4.276	4.276
Destinações do Lucro Líquido	—	—	4.276	(4.276)	—
Reserva legal	—	4.062	—	(4.062)	—
Constituição Reservas	—	214	—	(214)	—
<b>Saldos em 31/12/2015</b>	<b>827</b>	<b>194</b>	<b>4.276</b>	<b>21.797</b>	<b>—</b>
Lucro Líquido do Exercício	—	—	—	752	752
Destinações do Lucro Líquido	—	—	752	(752)	—
Reserva Legal	—	—	714	(714)	—
Constituição Reservas	—	—	38	(38)	—
<b>Saldos em 31/12/2016</b>	<b>827</b>	<b>194</b>	<b>5.028</b>	<b>21.797</b>	<b>—</b>

### Balanço Geral

	Ano 2016	Ano 2015
<b>Passivo Circulante</b>	<b>26</b>	<b>99</b>
Obrigações Trabalhistas	1	—
Obrigações Fiscais	25	99
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>27.846</b>	<b>27.094</b>
Capital Social	827	827
Reservas de Capital	194	194
Lucros Acumulados	26.825	26.073
<b>Passivo Total</b>	<b>27.872</b>	<b>27.193</b>
Demonstrativo do Resultado		
	Ano 2016	Ano 2015
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>325</b>	<b>629</b>
Receitas Financeiras	325	327
Juros de Participações	—	302
Deduções da Receita Bruta (Pis, Cofins)	(5)	(28)
<b>Receita Líquida Operacional</b>	<b>320</b>	<b>601</b>
Receita (Despesas) Operacionais	504	3.845
Despesas Administrativas	(36)	(28)
Despesas Financeiras	(1)	(1)
Resultado da Equivalência Patrimonial	541	3.874
<b>Lucro Operacional</b>	<b>824</b>	<b>4.446</b>
Resultado antes das Provisões	824	4.446
Provisão para IRPJ/CSLL	(72)	(170)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>752</b>	<b>4.276</b>

### Notas Explicativas da Administração

**1. Contexto Operacional:** A Condustil Participações é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de Mogi Mirim/SP, e tem como objetivo social a atividade de holding. **2. Declaração de Conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as quais abrangem a Legislação

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	31/12/16	31/12/15
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>	<b>31/12/16</b>	<b>31/12/15</b>
Lucro Líquido do Exercício	752	4.276
<b>Despesas (Receitas) que não Afetam o Caixa:</b>		
Resultado da Equivalência Patrimonial	(541)	(3.874)
<b>Varição nos Ativos Operacionais</b>	<b>938</b>	<b>(594)</b>
Contas a Receber de Partes Relacionadas	938	(594)
Imposto a Recuperar	(4)	—
Outras Contas a Receber	137	(137)
<b>Varição nos Passivos Operacionais</b>	<b>(73)</b>	<b>76</b>
Tributos a Recolher	(73)	76
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais</b>	<b>1.209</b>	<b>(253)</b>
<b>Fluxo de caixa das Atividades de Investimento</b>		
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebido de Controlada	930	644
Adições em Investimentos Permanentes	(1.267)	—
<b>Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento</b>	<b>(337)</b>	<b>644</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>	<b>872</b>	<b>391</b>
<b>Fluxo de Caixa Líquido</b>	<b>872</b>	<b>391</b>
<b>Disponibilidades e Aplicações Financeiras - Início do Período</b>	<b>2.429</b>	<b>2.038</b>
<b>Disponibilidades e Aplicações Financeiras - Fim do Período</b>	<b>3.301</b>	<b>2.429</b>
Informações Adicionais		
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	25	71
Societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). <b>3. Notas Explicativas (Continuação):</b> Encontram-se à disposição dos interessados na sede da empresa situada na Avenida Prefeito Antônio Tavares Leite, 181 - Parque da Empresa, Mogi Mirim, SP.		
Diretor-Presidente	Diretora	Claudio José Machado de Almeida
Ruy Salvari Baumer	Monica Salvari Baumer	Contador-1SP 160003-O-0